

#### **Audiência Pública**

# Proposta de Resolução que Regulamenta a NR 07 da ANA no Âmbito dos Serviços Regulados pela AGERSA









#### Minuta de Resolução





Estabelece as condições gerais para a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, seja de forma direta ou mediante concessão, no âmbito dos municípios ou consórcios regulados pela AGERSA.

O documento é composto por 5 Títulos, divididos em capítulos, seções e subseções, totalizando **131 artigos**.









#### **Premissas**

- Disposições da NR ANA nº 7/2024.
- Diagnóstico dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Estado da Bahia.
- Estudo de *benchmarking* realizado a partir das normas editadas pelas ERIs sobre o mesmo tema.
- Resultado da Tomada de Subsídios.



#### Como ocorreu a Tomada de Subsídios



#### Diagnóstico – Disposição Final





#### Situação da Disposição Final de Rejeitos nos Municípios da Bahia

Situação da Disposição Final	Número de Municípios	% de Municípios
Disposição adequada (aterros sanitários apropriados)	50	12%
Disposição inadequada (lixões ou aterros controlados)	283	68%
Sem informação declarada	84	20%
Total	417	100%



Fonte: PERS, 2024.

## PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DA MINUTA PROPOSTA









NR 07 da ANA	Proposta de Resolução da AGERSA
Resíduos secos: <b>são os resíduos recicláveis</b> excluídos os resíduos orgânicos;	Resíduos secos: são resíduos sólidos predominantemente compostos por materiais recicláveis, como plásticos, vidros, metais, papéis, excluídos os resíduos orgânicos e os rejeitos;
	Equipamentos públicos urbanos: infraestrutura ou instalação de uso coletivo, pertencente ao poder público ou disponibilizada para atender às necessidades da população, como abrigos de transporte público, sanitários públicos, monumentos, escadarias, passarelas e túneis.



#### Do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos





Responsável pelo manejo adequado dos **resíduos sólidos domiciliares e equiparados** gerados por usuários específicos.











Coleta

Transbordo e transporte

Triagem

Tratamento

Destinação final



#### Do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos





Art. 9º. A prestação de serviço para grandes geradores deve ser disciplinada por contrato com o prestador, mediante pagamento, desde que a atividade não prejudique a adequada prestação do SMRS e contribua para a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços.





#### Disponibilização para coleta

Art. 11. A disponibilização dos resíduos sólidos domiciliares e equiparados é de responsabilidade dos usuários do SMRS, cabendo a estes a segregação, o acondicionamento e a disponibilização para a coleta do prestador de serviço, segundo critérios do Titular.

Parágrafo único. Em casos de enxurradas, risco iminente de inundações ou outras situações emergenciais, o usuário deve evitar dispor resíduos para coleta em locais vulneráveis, devendo ainda retirar aqueles já dispostos, prevenindo seu arraste por águas pluviais ou danos ao acondicionamento.

Art. 13. O prestador de serviços deverá fornecer orientações aos usuários do SMRS, com vistas à adequada disponibilização dos resíduos para coleta, inclusive sobre a correta separação dos resíduos recicláveis e sua destinação para a coleta seletiva.



### Coleta dos resíduos sólidos domiciliares e equiparados





- Os dias e horários da coleta, incluindo possíveis alterações, serão divulgados pelos prestadores de serviços aos usuários por meio de informativos impressos, bem como nas diversas plataformas de mídia e publicidade digitais.
- Caso as iniciativas de divulgação mencionadas se mostrem insuficientes ou ineficazes, deverão ser utilizados outros meios complementares, como jornais, rádios comunitárias ou carros de som, garantindo que a informação alcance todos os usuários de forma adequada.
- As alterações programadas nas rotinas de coletas, seja quanto aos dias ou quanto aos horários, inclusive em função de feriados, deverão ser comunicadas aos usuários com antecedência mínima de 72h.







#### Coleta dos resíduos sólidos domiciliares e equiparados

- A atividade de coleta de resíduos domiciliares e equiparados deverá ser realizada nas áreas urbanas e rurais.
- A coleta de resíduos domiciliares e equiparados nas áreas urbanas deverá ocorrer em intervalos inferiores a 72 horas entre duas coletas consecutivas.
- A coleta de resíduos domiciliares nas áreas rurais deverá ser planejada considerando as características geográficas, a dispersão populacional e as condições de infraestrutura local, assegurando a universalização do serviço de forma eficiente e economicamente sustentável.



### Coleta dos resíduos sólidos domiciliares e equiparados nas áreas rurais





- O prestador deverá realizar estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para a implementação de práticas comunitárias de gestão de resíduos em áreas rurais e localidades de difícil acesso ou isoladas, com o objetivo de reduzir a necessidade de transporte dos resíduos para as áreas urbanas.
- A análise de viabilidade deverá considerar os impactos ambientais decorrentes do consumo de combustíveis fósseis pelos veículos coletores, incentivando alternativas que minimizem a dependência do transporte de resíduos a longas distâncias.







#### Coleta seletiva





- Considerando a realidade operacional dos municípios baianos e as dificuldades enfrentadas na implementação da coleta seletiva, é necessário adotar uma abordagem progressiva.
- Conforme verificado, apenas 2,4% dos municípios da Bahia possuem iniciativas de coleta seletiva.
- Quando existente, esta geralmente se restringe aos resíduos secos.
- A Tomada de Subsídios indicou que a maioria dos municípios ainda possui baixa capacidade para implementar a coleta de três frações (secos, orgânicos e rejeitos), pois estão em fase inicial de planejamento e estruturação.



#### Coleta seletiva de orgânicos





- A coleta seletiva de resíduos orgânicos poderá ser implementada de forma progressiva, com prioridade para condomínios e regiões com maior geração desse tipo de resíduo, bem como por meio de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs).
- A implementação da coleta seletiva de resíduos orgânicos deverá observar as metas e diretrizes estabelecidas nas normas e nos planos de resíduos dos municípios ou consórcios intermunicipais, garantindo eficiência operacional e alinhamento com as políticas locais.





#### Estações de Transbordo - ETRs





As ETRs deverão atender aos seguintes requisitos estruturais e operacionais:

- I possuir **cercamento** perimetral e controle de acesso de pessoas e veículos;
- II dispor de área operacional com piso impermeável;
- III possuir **sistema de drenagem e armazenamento** do líquido proveniente da lavagem das áreas de operação e do **chorume gerado**, garantindo a contenção e o tratamento adequado dos efluentes;
- IV possuir sistema de drenagem de águas pluviais;
- V disponibilizar **pátios de tamanho adequado para manobra dos veículos** que transitam na unidade, garantindo segurança operacional e fluidez no fluxo logístico.



#### **Tratamento**





• O tratamento poderá ser realizado por técnicas como:

Reciclagem

Compostagem

Recuperação energética

Outros processos



#### Disposição Final em Aterros Sanitários





 A localização, implantação, operação, manutenção e encerramento de aterros sanitários deverão observar as normas legais, regulamentares, contratuais, de regulação e da ABNT.

- São proibidas as seguintes formas de disposição final de rejeitos:
  - ✓ lançamento em quaisquer corpos hídricos;
  - ✓ lançamento a céu aberto;
  - ✓ queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e
  - ✓ outras formas vedadas pelo Poder Público.







## Serviço público de **limpeza** urbana

Realiza o asseio dos espaços públicos, prestado a toda coletividade, não havendo usuário direto do serviço, e constituído pelas seguintes atividades:







I – varrição;

II - capina e raspagem;

III - roçada;

IV - poda;

V - desobstrução e limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos;

VI - limpeza e asseio de logradouros públicos;

VII - remoção de resíduos em logradouros.



#### Varrição





Os resíduos de varrição deverão ser acondicionados e disponibilizados para coleta em pontos que não comprometam o trânsito de pessoas e veículos.

Os resíduos da varrição deverão ser **recolhidos** pelo prestador de serviços públicos no prazo **máximo de 12h.** 





#### **Pesagem**





Os resíduos coletados e destinados às unidades de transbordo, tratamento e disposição final deverão ter sua carga mensurada por meio de pesagem em balanças rodoviárias.

#### Essencial para:

- Controle operacional e planejamento da gestão de resíduos, permitindo a tomada de decisões mais precisas.
- > Transparência na prestação do serviço e fiscalização.
- Maior confiabilidade nos dados.



#### Da fiscalização dos serviços





• A fiscalização da prestação dos serviços de resíduos sólidos poderá ser realizada de forma permanente, por meio de tecnologias e sistemas de monitoramento definidos pela AGERSA, ou por inspeções presenciais, assegurando, independentemente do meio adotado, o pleno acesso do regulador às instalações e às informações dos serviços regulados.

 Eventuais irregularidades constatadas durante a fiscalização deverão ser formalizadas em um Relatório de Fiscalização próprio, aplicando-se, quando pertinente, os procedimentos estabelecidos em resolução da AGERSA ou no contrato de prestação dos serviços.



#### Interrupção dos serviços





Os **serviços poderão ser interrompidos** pelo prestador de serviço nas seguintes condições:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens; e

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas, respeitados os padrões de qualidade e continuidade estabelecidos pela ERI.



#### Interrupção dos serviços





 O prestador de serviços deverá comunicar à AGERSA qualquer interrupção programada ou não programada de quaisquer atividades que impacte a continuidade, a regularidade, a qualidade dos serviços ou a segurança de pessoas e bens.

- A comunicação de interrupção programada deverá ser realizada com antecedência mínima de 48 horas.
- Em caso de interrupção não programada, o prestador de serviços deverá comunicála imediatamente à AGERSA e, no prazo máximo de 24 horas a partir da ocorrência, encaminhar as informações detalhadas.



### Plano operacional a ser elaborado pelo titular ou pelo concessionário







- dimensionamento, localização e descrição dos serviços e atividades;
- detalhamento das instalações, da mão de obra a ser empregada e dos equipamentos com as suas condições de utilização;
- tipo e origem dos resíduos sólidos a serem geridos nas atividades;
- identificar os produtos e embalagens sujeitos aos sistemas de logística reversa;









### Plano operacional a ser elaborado pelo titular ou pelo concessionário

- O plano operacional de prestação dos serviços poderá contemplar estratégias diferenciadas para as áreas rurais, podendo prever a utilização de veículos de menor porte, adequados às condições viárias locais.
- O Plano Operacional de Prestação de Serviços deverá ser encaminhado à AGERSA em formato digital, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de entrada em vigor desta resolução ou da delegação da regulação.





#### Atendimento aos usuários





- O prestador de serviço deve dispor de atendimento
  telefônico e eletrônico, acessível a todos os usuários,
  que permita o recebimento de reclamações,
  solicitações, denúncias, sugestões e elogios quanto
  à prestação dos serviços.
- Caso não seja possível fornecer uma resposta imediata, o prestador deverá informar ao usuário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas em relação à manifestação recebida.





#### Cooperativas e associação de catadores

O plano operacional deverá

priorizar a participação de

cooperativas e associações de

catadores nas atividades de

coleta seletiva e de triagem.









#### Direitos e deveres

- Do usuário
- Do Prestador de serviços
- Do Titular dos serviços
- Da AGERSA





#### Direitos e deveres do prestador de serviço

**DEVERES** 





### DIREITOS

- **receber os recursos** financeiros necessários para remunerar custos incorridos na prestação do serviço e o **capital investido** de forma prudente;
- **interromper os serviços** e adotar as medidas cabíveis demais nas hipóteses e nas condições previstas nesta NR.

- prestar os serviços adequadamente, garantindo as condições de **regularidade**, **continuidade**, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, modicidade das cortesia e tarifas;
- **operar e manter** todas as **instalações** e **equipamentos** utilizados na prestação serviços de modo a garantir boas condições de funcionamento, higiene e conservação, visando minimizar deterioração sua evitar contaminações meio ambiente; ao
- divulgar de forma ampla e permanente as regras de acondicionamento e disponibilização resíduos dos para as coletas indiferenciada e seletiva;

#### Contratos de Concessão, Parceria Público-Privada e





#### de Terceirização

 Os contratos de concessão, parceria público-privada e de terceirização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos dos municípios regulados pela AGERSA deverão prever, expressamente, a figura da entidade reguladora, estabelecendo suas competências e atribuições relativas à regulação e fiscalização dos serviços contratados.

• Essa exigência assegura que os futuros concessionários estejam plenamente cientes das obrigações regulatórias.



#### Considerações finais

- A minuta apresenta alinhamento técnico às melhores práticas e sensibilidade à realidade dos municípios baianos.
- •A minuta propõe padrões mínimos de qualidade e estimula a melhoria progressiva da prestação dos serviços.
- •Objetiva a construção de um **ambiente urbano e rural com serviços adequados.**
- •A proposta demanda preparação e comprometimento de todos os atores envolvidos.









### Obrigada





